



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS- ICSA
FACULDADE DE ARQUIVOLOGIA**

HELOISA DE ABREU FERREIRA

**ARQUIVOS PESSOAIS PRODUZIDOS NO REGIME
CIVIL-MILITAR BRASILEIRO: UM OLHAR SOBRE AS CARTAS
DE LÚCIA VELOSO (1971-1974)**

**Belém/PA
2022**

HELOISA DE ABREU FERREIRA

**ARQUIVOS PESSOAIS PRODUZIDOS NO REGIME
CIVIL-MILITAR BRASILEIRO: UM OLHAR SOBRE AS CARTAS
DE LÚCIA VELOSO (1971-1974)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Arquivologia do curso de Arquivologia ofertado pela Universidade Federal do Pará.

Orientadora: Iane Maria da Silva Batista

Belém/PA

2022

HELOISA DE ABREU FERREIRA

**ARQUIVOS PESSOAIS PRODUZIDOS NO REGIME CIVIL-MILITAR BRASILEIRO: UM
OLHAR SOBRE AS CARTAS DE LÚCIA VELOSO (1971-1974)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito parcial para obtenção do grau de
Bacharel em Arquivologia do curso de
Arquivologia ofertado pela Universidade Federal
do Pará.

Orientadora: Iane Maria da Silva Batista

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Iane Maria Batista
Orientadora - UFPA

Prof^a. Dr^a. Mônica Tenaglia
Examinadora Interna - UFPA

Prof^a. Dr^a. Leila Mourão
Examinadora Externa - UFPA

**Belém/PA
2022**

Quando olhamos a Terra do espaço vemos a nós mesmos como um todo; enxergamos a unidade e não as divisões. É uma imagem simples com uma mensagem inquestionável: um planeta, uma espécie humana.

Estamos juntos aqui e precisamos viver juntos com tolerância e respeito. Devemos nos tornar cidadãos globais. Somos todos viajantes do tempo caminhando juntos para o futuro. Mas precisamos trabalhar juntos para transformar esse futuro em um lugar que de fato desejamos visitar.

Stephen Hawking

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a minha família por todo apoio ao longo da minha jornada acadêmica e compreensão pelo meu afastamento e ausência em vários momentos familiares.

Ao meu pai Newton, que trabalhou por muitos anos para que nossa família tivesse uma vida confortável, e que apesar de alguns tropeços, nunca deixou que nos faltasse nada. A minha mãe Ivaneia, a qual eu devo absolutamente tudo, o que tenho, sei e sou, não sei quanto tempo demorarei para retribuir tudo que você me deu, provavelmente levarei mais do que uma vida, muito obrigado por tudo.

A minha irmã Débora, que apesar de passarmos mais tempo longe hoje em dia por questões de trabalho, ainda mantemos uma bela amizade, prometo que sempre estarei ao seu lado, mesmo não dividindo mais o mesmo quarto (eu não tinha mais espaço pra colocar meus gibis haha). Ao meu irmão Raphael, que sempre foi um grande amigo, obrigado por me abrigar no seu apartamento para que eu não precisasse me deslocar até Marituba e chegar tarde em casa, prometo que sempre estarei aqui quando precisar. Sou muito grata por nós três termos uma boa relação, e uma conexão que se faz presente muitas vezes, principalmente quando utilizamos referências de filmes da nossa infância que só nós entendemos.

Um agradecimento especial ao Augusto Britto, que foi meu supervisor de estágio no Instituto Evandro Chagas. Graças a ele eu tive a oportunidade de conhecer mais sobre os Arquivos Pessoais. Aos outros servidores do IEC, Maria de Jesus, que foi minha supervisora após a saída do Augusto, Chadi, que não era do Arquivo mais sempre tomava café e almoçava conosco (sinto falta de ouvir você falar mal dos filmes da Marvel e da DC haha), e ao Lucas, que me fez voltar a jogar Pokémon Go, saudades das nossas conversas nerds.

Eu não poderia deixar de agradecer a minha amiga de faculdade Keila, juntamente com a Maísa formávamos o trio de todos os trabalhos e seminários, obrigado por todo o companheirismo nos últimos 5 anos, espero que possamos manter uma grande amizade por muito tempo.

A todos os colegas da turma de Arquivologia de 2017, torço muito pelo sucesso e prosperidade na vida profissional e pessoal de todos, e que todos possam realizar seus sonhos e anseios.

Um último agradecimento especial para minha orientadora, Iane Maria, obrigada por toda paciência e compreensão nos últimos meses em que estivemos trabalhando neste projeto. Agradeço por todos os ensinamentos e trocas durante todas as nossas reuniões.

Ao corpo docente do curso de Arquivologia da Universidade Federal do Pará: Gilberto Cândido, Renata Lira, Roberto Lopes, Cristian Zapata, Iane Maria, Fernando Assis e Mônica Tenaglia, obrigado por todas as aulas e por dedicarem seu tempo ao ensino e à pesquisa.

E por fim, a todos que direta ou indiretamente contribuíram de alguma forma para esta formação.

RESUMO

Visando contribuir para a pesquisa em arquivos pessoais, o presente trabalho teve como foco uma das tipologias documentais mais presentes em arquivos de pessoas, as cartas, especificamente as cartas de uma prisioneira da ditadura civil-militar no Brasil. Deste modo, o objetivo geral deste trabalho foi descrever o processo de organização das cartas de Lúcia Velloso, que culminaram com a criação de um fundo homônimo no Arquivo Nacional realizado por iniciativa do projeto Memórias Reveladas, bem como analisar algumas das cartas escritas por Lúcia Velloso durante sua prisão no contexto do regime civil-militar brasileiro. Para alcançar o objetivo geral, o presente trabalho teve como objetivos específicos descrever as circunstâncias históricas do Brasil na época de produção das cartas analisadas (1971-1974), abordar as particularidades da documentação produzida durante o regime de exceção no Brasil (1964-1985), e evidenciar aspectos de memória individual e coletiva nas cartas enviadas por Lúcia, relacionando-os com os aspectos conceituais acerca da memória a partir da bibliografia selecionada. As metodologias utilizadas para a realização da pesquisa foram uma pesquisa bibliográfica, fundamentada em leituras e análises de livros, artigos científicos, revistas, teses e dissertações, uma pesquisa documental, tendo em vista que o propósito é entender a história de um indivíduo e sua relação com um fenômeno específico, e um estudo qualitativo das cartas de Lúcia, que é realizado pelo pesquisador que procura aprofundar-se na compreensão dos fenômenos baseados nas ações dos indivíduos, grupos ou organizações em seu ambiente e contexto social. Conclui-se, no que se refere ao contexto das cartas produzidas, a importância de registrar e preservar a memória daqueles que vivenciaram momentos excepcionais na história do Brasil.

Palavras-Chaves: Arquivos Pessoais; Ditadura civil-militar; Cartas; Memória.

ABSTRACT

Aiming to contribute to the research in personal files, the present work focused on one of the most present documentary typologies in people's archives, the letters, specifically the letters of a prisoner of the civil-military dictatorship in Brazil. Thus, the general objective of this work was to describe the process of organization of the letters of Lúcia Velloso, which culminated in the creation of a homonymous fund in the National Archives carried out at the initiative of the Project Memórias Reveladas, as well as to analyze some of the letters written by Lúcia Velloso during her arrest in the context of the Brazilian civil-military regime. To achieve the general objective, the present work had as specific objectives to describe the historical circumstances of Brazil at the time of production of the analyzed letters (1971-1974), to address the particularities of the documentation produced during the exception regime in Brazil (1964-1985), and to highlight aspects of individual and collective memory in the letters sent by Lúcia, relating them to the conceptual aspects about memory from the selected bibliography. The methodologies used to carry out the research were a bibliographical research, based on readings and analyses of books, scientific articles, journals, theses and dissertations, a documentary research, considering that the purpose is to understand the history of an individual and its relationship with a specific phenomenon, and a qualitative study of Lucia's letters, which is carried out by the researcher who seeks to deepen the understanding of phenomena based on the actions of individuals, groups or organizations in their environment and social context. It is concluded, with regard to the context of the letters produced, the importance of recording and preserving the memory of those who have experienced exceptional moments in the history of Brazil.

Keywords: Personal Files; Civil-military dictatorship; Letters; Memory.

SUMÁRIO

SEÇÃO 1: INTRODUÇÃO	9
SEÇÃO 2: ANTES DO TEXTO, O CONTEXTO: BREVES APONTAMENTOS SOBRE O REGIME CIVIL-MILITAR BRASILEIRO	17
SEÇÃO 3: O TEXTO: AS CARTAS DE LÚCIA NA PRISÃO	24
3.1 ORGANIZAÇÃO DAS CARTAS	25
3.2 AS CARTAS E O COTIDIANO NA PRISÃO	28
CONSIDERAÇÕES FINAIS	38
REFERÊNCIAS	40

SEÇÃO 1: INTRODUÇÃO

Ao longo dos anos, os arquivos pessoais têm se destacado pela estreita relação com a escrita e a autoprodução, passando a ocupar um lugar específico e essencial no cenário histórico e cultural, sendo parte importante do que designamos por patrimônio documental, especialmente aqueles produzidos por sujeitos que vivenciaram momentos excepcionais na história do país.

Arquivos Pessoais são documentos que foram acumulados por indivíduos, no exercício das mais diversas atividades, ao longo de sua vida. Dentre esses documentos incluem-se os referentes às obrigações sociais das pessoas, como: registros civis de nascimento, casamento e óbito; comprovantes de imposto de renda; diplomas, e relacionados à intimidade e sentimentalidade do indivíduo, por exemplo, cartas, diários, bilhetes e fotografias (CAMARGO, 2009).

A Lei 8.159/1991¹, conhecida como Lei de Arquivos, estabelece que a busca e identificação de arquivos privados de interesse público e social faz parte da política nacional de arquivos e destaca, em seu Artigo 1º, que “é dever do Poder Público a gestão documental e a proteção especial a documentos de arquivos, como instrumento de apoio à administração, à cultura, ao desenvolvimento científico e como elementos de prova e informação.” (Brasil, 1991). Ou seja, reconhece a importância destes para a valorização, promoção e preservação do Patrimônio Cultural.

É impossível pensar em arquivos pessoais sem falar de cartas, uma das espécies documentais mais comuns em arquivos privados, inclusive porque durante muito tempo elas foram uma das formas de correspondência mais utilizadas. Mesmo fundos que foram doados recentemente possuem documentos textuais produzidos no cotidiano de quem os escreveu. Estes nos auxiliam a compreender melhor o produtor, o tempo em que viveu e suas interações com a sociedade. Contudo, a maioria das cartas que vemos normalmente são as que foram recebidas pelo portador do fundo. As cartas de autoria do produtor, quando existem, são em geral: cópias feitas por ele, ou cartas que foram devolvidas pela família do destinatário após seu falecimento, ou em alguns casos são resultado de um trabalho de busca feito pelas instituições.

No presente trabalho são analisadas cartas de uma prisioneira política da

¹ A Lei Nº 8.159 de 08 de Janeiro de 1991 dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8159.htm>. Acesso em: 02 Jun. 2022.

ditadura civil-militar no Brasil² (1964-1985). Lúcia Velloso foi uma militante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), uma organização de esquerda que lutava contra o regime ditatorial. Ela foi presa pelo Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) enquanto caminhava pelo bairro da Tijuca, na cidade do Rio de Janeiro, e transferida para a vila militar localizada na zona oeste do Rio de Janeiro. Durante o período de prisão, Lúcia escreveu diversas cartas, para a família, companheiros de cela, e para seu namorado Alex, que tornou-se marido pouco tempo depois. As cartas de Lúcia refletem sua vida no cárcere, relatando o jeito que ela e suas companheiras decoravam sua cela, as atividades de artesanato e os objetos que eram confeccionados. Muitos desses objetos eram enviados como presente para a família e amigos.

Além disso, as leituras que fazia por meio de livros que eram trazidos de fora pela família, seus pensamentos, sonhos e desejos, tudo foi registrado por Lúcia. Vale ressaltar que a censura era muito presente em vários campos nesse período, e se tratando de troca de correspondências, principalmente entre prisioneiros políticos, havia um rígido controle de circulação dessas cartas dentro dos órgãos repressores. Muitas dessas missivas ficavam retidas nos órgãos e demoravam para chegar ao destinatário. Em meio a todo o processo de envio de correspondência muitas cartas foram censuradas; as de Lúcia não foram exceção. Compreender o processo de produção e circulação dessas cartas é importante para entender a organização dos fundos documentais que elas compõem.

Durante certo tempo, na literatura arquivística, os arquivos pessoais foram colocados em segundo plano frente à documentação produzida pelas instituições oficiais, pois a acumulação orgânica de um arquivo não era reconhecida em um arquivo pessoal. Por estar ligado à imagem de uma pessoa, os arquivos pessoais não se acumulam espontaneamente como os arquivos administrativos. O autor Elio Lodolini (1993), por exemplo, considerava como caráter de arquivo apenas os arquivos familiares, pois estes continham documentos de cunho administrativo, como a escritura da propriedade da família. Contudo, para esse autor, os arquivos pessoais não possuíam nada que pudesse caracterizá-los como um arquivo de fato. Lodolini não leva em consideração que um arquivo familiar, na verdade, é um conjunto de arquivos pessoais.

² Foi o regime instaurado no Brasil em 1 de abril de 1964 e que durou até 15 de março de 1985, sob o comando de sucessivos governos militares de cunho autoritário e nacionalista, a ditadura teve início com o golpe militar que derrubou o governo de João Goulart, o presidente eleito democraticamente. O regime teve seu fim com a eleição de José Sarney, dando início ao período chamado de Nova República.

De acordo com Oliveira (2012), os arquivos pessoais expressam a vida de seu titular, suas redes de relacionamentos pessoais ou profissionais. São também representações do seu íntimo e suas emoções. Esses registros além de representarem sua vida em sociedade, também podem ser provas de uma memória coletiva. E para Oliveira (2018, p. 5), as cartas possuem:

características comuns: usualmente, possuem datação, local, destinatário, assinatura e saudações. Mas a carta produzida na intimidade, fora de regulamentos institucionais ou legais, apenas partilhada entre o autor e o destinatário, muitas vezes não tem assinatura, nem data, as pessoas podem se tratar por apelidos, as informações podem ser fragmentadas... Pertence a um universo somente conhecido pelos envolvidos, visto que somente aquelas pessoas sabem do que está se falando. O protocolo social ou a falta dele muitas vezes indicam o grau de intimidade entre as pessoas.

A variedade de temáticas, pontos de vista e pressupostos teóricos metodológicos que podem ser encontradas dentre os trabalhos realizados por profissionais e pesquisadores envolvendo documentos de natureza pessoal, é reflexo da própria diversidade que caracteriza os arquivos pessoais e que, muitas vezes, impõe obstáculos para o reconhecimento de sua natureza enquanto arquivos de fato (CAMPOS, 2019).

A professora Catherine Hobbs (2016) trata em um dos seus textos sobre a ordem original dos documentos, e faz uma observação, de que a ordem original no arquivo pessoal parece mais uma “desordem original”, tendo em vista que arquivos pessoais são criados por pessoas físicas, fora de qualquer contexto administrativo ou institucional, e os proprietários determinam o arranjo de seus arquivos, que podem ser bem ou mal organizados. A questão é que este arranjo pode ser alterado de acordo com as necessidades da vida diária, como podemos constatar no processo de organização das cartas escritas por Lúcia Velloso.

Conforme sua coletânea de cartas, publicada em 2015, foi por volta de 2000 que Lúcia Velloso Maurício, em conjunto com Lúcia Muniz Figueiredo, retomou seu arquivo de cartas com a intenção de publicá-las em forma de livro. Para isso, Lúcia precisou colocar seu acervo em ordem, até para facilitar a seleção das cartas que seriam publicadas, e assim estabeleceu alguns critérios de organização:

Primeiramente, separei em duas partes: cartas dirigidas para fora da prisão e cartas para dentro da prisão. As cartas externas foram escritas principalmente para familiares, uma espécie de acerto de contas, por isto concentradas na fase inicial da prisão; e para ex-presas, já mais para o final do período. Na segunda parte, dirigida a um único destinatário meu companheiro, percebi três conjuntos: o primeiro, em que o mundo exterior tem uma presença muito forte, daí o grande

sofrimento causado pela impotência e pela necessidade de integrar nesta circunstância a evidente derrota de uma perspectiva política; o segundo concentra a construção do cotidiano na prisão, a referência ao mundo exterior é mínima e o sofrimento é pelas condições de encarceramento; finalmente, com a perspectiva de saída, o mundo exterior volta como um desafio e às vezes uma ameaça (MAURÍCIO, 2015, p. 13).

Os critérios utilizados por Lúcia na seleção das cartas a serem publicadas, revelam, pois, mecanismos de ordenação norteando esse processo de escolha, que evidenciam a necessidade de olhar os arquivos pessoais para além das teorias arquivísticas tradicionais. Todo o processo de ordenação elaborado por Lúcia foi criado a partir de uma situação em que a mesma se viu obrigada a organizar o seu arquivo devido a uma necessidade, assim como afirma Catherine Hobbs (2016).

Tendo em vista que, as cartas são uma espécie documental, logo, um objeto de estudo da Arquivologia, propõe-se uma abordagem contextual por meio das cartas em arquivos pessoais, considerando a sua gênese e a memória individual e coletiva.

A memória faz parte da nossa identidade, ela nos permite guardar vivências, experiências, e nos fala sobre quem somos e sobre o mundo à nossa volta. Partimos do pressuposto de que todo indivíduo tem uma memória individual relacionada aos acontecimentos de sua própria vida, no entanto, a relação entre memória individual e coletiva é bastante complexa. Devemos ter em vista que embora a memória seja produzida por uma junção de neurônios que libera substâncias neurotransmissoras e desencadeia uma série de processos moleculares (IZQUIERDO, 2013, n. 9), ela também é cultural, especialmente sua transmissão. Então mesmo que cada indivíduo possua uma memória individual, essa se relaciona inexoravelmente à memória coletiva, à memória dos grupos do qual ela faz parte e à memória de determinados períodos da história da humanidade.

Considerando todos aspectos citados anteriormente, a ideia da pesquisa começou a se concretizar por meio de uma experiência de estágio no Instituto Evandro Chagas³ e o contato com o repositório dos arquivos pessoais dos pesquisadores que atuaram na instituição e que contribuíram de maneira significativa para o avanço da ciência da saúde na Amazônia. Praticamente todos os acervos de pesquisadores continham entre seus montantes de papel cartas escritas para algum parente ou amigo,

³ Conforme seu site institucional, o Instituto Evandro Chagas (IEC) é uma instituição de pesquisa científica, apoio à vigilância sanitária e ensino voltados para a produção, disseminação e divulgação de conhecimento e inovações tecnológicas que subsidiem as políticas de saúde, vinculado a Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS) do Ministério da Saúde (MS). O IEC exerce função de destaque em âmbito nacional e internacional desenvolvendo estudos e investigações nas áreas de ciências biológicas, meio-ambiente e medicina tropical. Disponível em: <<https://www.iec.gov.br/apresentacao/>>. Acesso em: 20 Mai. 2022.

algumas vezes um pequeno bilhete com 5 linhas ou menos, em especial, as cartas do Doutor José Maria⁴, escritas para sua família enquanto viajava para o exterior a trabalho. O sentido de saudosismo da carta evidenciava muitas coisas e também criava questionamentos para se refletir a respeito do produtor.

A escolha por esse tema também foi influenciada pela descoberta e leitura de uma história em quadrinhos intitulada “Maus”⁵ escrita e ilustrada por Art Spiegelman⁶, desenrolando-se no presente e no passado, o quadrinho retrata Art entrevistando seu pai Vladek acerca de suas experiências enquanto judeu polonês e sobrevivente do Holocausto. Uma história em quadrinhos que ocasionalmente conseguiu transcender as fronteiras de seus próprios quadros, cruzar as distâncias que a separa das pessoas que não acompanham esse tipo de arte, e sensibilizá-las com uma narrativa especial e primorosa. Existem alguns exemplos mais óbvios de histórias em quadrinhos que atingiram esse nível de reconhecimento como as obras Watchmen e Cavaleiro das Trevas, mas se expandirmos nossos horizontes para além do mundo dos super-heróis, encontraremos diversas outras obras-primas.

A narrativa, as ilustrações, a ausência de cores, o trabalho jornalístico de Art Spiegelman, todos esses elementos somados causam enorme impacto e reflexão ao leitor, em especial o último capítulo da história no qual é mostrado a experiência de Vladek dentro do campo de concentração, as estratégias que realizava para sobreviver e como os prisioneiros conviviam com a morte todos os dias. O papel de “Maus” na expansão do público dos quadrinhos dificilmente será superado. Ele abriu caminho para que as histórias em quadrinhos entrassem nos reinos de discussão literária e do estudo acadêmico e, talvez de forma mais importante, para que os quadrinhos comesçassem a sair das prateleiras de “humor” nas livrarias. Em tempos nos quais o discurso de ódio vem ganhando cada vez mais espaço, a intolerância vem crescendo cada vez mais em vários países e declarações preconceituosas e de cunho fascista são enaltecidas por

⁴ José Maria de Souza se graduou em medicina pela Universidade Federal do Pará em 1958, foi coordenador do programa de malária do Instituto Evandro Chagas e possuía experiência na área de farmacologia. Faleceu no dia 27 de Janeiro de 2021, vítima de um AVC.

⁵ A palavra “Maus” vem do Alemão, que significa “Rato”. Nas tiras, os judeus são desenhados como ratos e os nazistas ganham feições de gatos; poloneses não-judeus são porcos e americanos, cachorros. Esse recurso aliado à ausência de cores dos quadrinhos, reflete o espírito do livro: um relato incisivo e perturbador, que evidencia a brutalidade da catástrofe do Holocausto. Maus é considerado um clássico contemporâneo das histórias em quadrinhos. Foi publicado em duas partes, a primeira em 1986 e a segunda em 1991, no ano seguinte, a obra foi vencedora do Prêmio Pulitzer de literatura.

⁶ Art Spiegelman nasceu em 1948, em Estocolmo, Suécia. Com dezesseis anos, iniciou sua carreira de desenhista de quadrinhos. Foi ilustrador e capista da revista New Yorker durante dez anos e é cofundador e editor da revista Raw, famosa publicação de quadrinhos e artes gráficas de vanguarda.

alguns grupos e lideranças políticas, é importantíssimo lembrar desse terrível momento histórico, para que algo parecido nunca mais volte a ocorrer.

Em meio a um momento de estudo e pesquisa de ideias para o desenvolvimento do pré-projeto, uma busca por “arquivos pessoais” e “cartas” era realizada em uma plataforma de vídeos online, o algoritmo da plataforma sempre oferece sugestões de vídeos de acordo com o que o usuário costuma assistir, em meio a tantas sugestões estava o vídeo de leitura da carta de Lúcia Velloso no perfil do Arquivo Nacional, a carta de uma prisioneira da ditadura. A partir da leitura da carta escrita para sua irmã Heloisa de dentro da vila militar no Rio de Janeiro, muitas perguntas surgiram no ar, sobre como era viver neste período, como era a relação de Lúcia com a família, e principalmente, o que levou Lúcia a ingressar na luta armada.

Ademais, sabendo que a escolha de “Arquivos Pessoais” como tema de Trabalho de Conclusão de Curso no âmbito do curso de Arquivologia da Universidade Federal do Pará, encontra-se ainda em estágios iniciais, este trabalho também surgiu com a intenção de contribuir e incentivar a pesquisa neste tipo de acervo. Os sucessivos acontecimentos relatados anteriormente motivaram e impulsionaram a escrita deste projeto.

Deste modo, o objetivo geral do trabalho foi descrever o processo de organização das cartas de Lúcia Velloso, que culminaram com a criação de um fundo homônimo no Arquivo Nacional realizado por iniciativa do Projeto Memórias Reveladas, e analisar algumas das cartas escritas por Lúcia Velloso durante sua prisão no contexto do regime civil-militar brasileiro. Para tal, os objetivos específicos foram descrever as circunstâncias históricas do Brasil na época de produção das cartas analisadas (1971-1974), abordar as particularidades da documentação produzida durante o regime de exceção no Brasil (1964-1985), e evidenciar aspectos de memória individual e coletiva nas cartas enviadas por Lúcia, relacionando-os com os aspectos conceituais acerca da memória a partir da bibliografia selecionada.

Esta pesquisa consistiu em um estudo qualitativo das cartas de Lúcia Velloso. Segundo Dos Santos (2017, p. 120), “a utilização da pesquisa qualitativa dá-se pelo pesquisador que procura aprofundar-se na compreensão dos fenômenos baseados nas ações dos indivíduos, grupos ou organizações em seu ambiente e contexto social”. Os dados analisados para uma pesquisa qualitativa são normalmente em formato de texto ou imagens, para entender um fenômeno em sua profundidade. Baseando-se nas

concepções já citadas, este é o propósito desta pesquisa, uma análise e identificação de elementos que se relacionam com a memória pessoal e coletiva a partir de cartas escritas por uma prisioneira no período do regime civil-militar no Brasil.

Com o intuito de atingir os objetivos citados anteriormente, para a elaboração deste trabalho foi efetuada uma pesquisa bibliográfica, que é fundamentada em leituras e análises de livros, artigos científicos, revistas, teses, dissertações. De acordo com Gil (2008), a consulta de material publicado é fundamental em quaisquer pesquisas, sendo importantes para subsidiar os fundamentos teóricos da temática pesquisada, mas também para identificar o estágio dos conhecimentos produzidos sobre esta. A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Esta vantagem se torna particularmente importante quando o problema de pesquisa requer dados muito dispersos pelo espaço (GIL, 2008).

Na análise das cartas selecionadas para este projeto, dialogaremos com os conceitos de memória abordados por Michael Pollak (1992), Ecléa Bosi (1979) e Walter Benjamin (1936), destacaremos as características intrínsecas e extrínsecas do documento, levando em consideração também o contexto de produção documental para manter a característica orgânica da informação.

Além dos acontecimentos vividos pessoalmente, Pollak discorre sobre a memória dos acontecimentos “vividos por tabela”, eventos dos quais nem sempre o indivíduo participou, mas que devido à dimensão adquirida sobre o mesmo por meio da socialização política ou histórica, eles desencadeiam um fenômeno de projeção ou de identificação no imaginário coletivo. A experiência da ditadura civil-militar causou diversos impactos no país, com reflexos até hoje, inclusive em posturas negacionistas acerca das práticas repressoras do regime e tentativas de revisionismos históricos acerca daquele período. Acreditamos que a leitura de Pollak pode nos ajudar a compreender os aspectos de memória individual e memória coletiva presentes nas cartas de Lúcia Velloso, testemunha ocular daquele contexto histórico.

Por sua vez, Ecléa Bosi (1979) discorre sobre a função dos idosos na transmissão da memória. Segundo ela, a importância dos idosos na sociedade seria contar suas histórias aos mais jovens, assim perpetuando a memória da família, grupo social, ou até mesmo da memória nacional. O filósofo Walter Benjamin (1936) em um

dos seus ensaios fala sobre o anjo da memória, que o narrador conta o que ele extrai da experiência, seja ela própria ou aquela contada por outros. E, de volta, ele a torna experiência daqueles que ouvem a sua história. Logo, o compartilhamento de memória também é uma transmissão de experiência. Além de Pollak, as abordagens conceituais feitas por estes dois autores subsidiaram a análise das cartas selecionadas.

Entre as leituras realizadas durante o processo de pesquisa destaca-se o livro da própria Lúcia Velloso, publicado em 2015 pela editora Ponteio. Intitulado *Cacos de Sonhos*, trata-se de uma coletânea de cartas selecionadas pela própria autora. Este livro foi utilizado como fonte documental, devido à inviabilidade de acesso ao Fundo de Lúcia Velloso no Arquivo Nacional que está disponível apenas para consulta presencial. Sendo assim, toda a pesquisa documental e seleção de cartas para análise foram feitas por meio desta publicação.

A realização desta pesquisa foi concretizada a partir de uma análise de documentos pessoais. Segundo Oliveira (2012, p. 33) “os arquivos pessoais expressam a vida de seu titular, suas redes de relacionamentos pessoais ou profissionais. São também representações do seu íntimo e suas emoções. Em um sentido amplo, esses registros representam seu papel na sociedade”. O objetivo foi utilizar documentos como fontes de coleta de dados e analisá-los, o que também inclui-se no desenvolvimento desse projeto.

Desse modo, foram analisados documentos pessoais, tendo em vista que o propósito é entender a história de um indivíduo e sua relação com um fenômeno específico. De acordo com Gil (2008, p. 147) “há dados que, embora referentes a pessoas, são obtidos de maneira indireta, que tomam a forma de documentos, como livros, jornais, papéis oficiais, registros estatísticos, fotos, discos, filmes e vídeos, que são obtidos de maneira indireta”. Em 2015, Lúcia optou por publicar algumas de suas cartas em formato de livro, o qual está sendo a fonte principal para a realização deste trabalho. Assim, o projeto segue os ensinamentos de Gil (2008, p. 147), segundo o qual “Para fins de pesquisa científica são considerados documentos não apenas os escritos utilizados para esclarecer determinada coisa, mas qualquer objeto que possa contribuir para a investigação de determinado fato ou fenômeno”.

Além desta introdução e considerações finais, o trabalho está dividido da seguinte forma: Seção 2: “Antes do texto, o contexto: breves apontamentos sobre o

regime civil-militar (1967-1971)", apresentando o contexto histórico no qual Lúcia escreve suas cartas na prisão e Seção 3, intitulada "O texto: As Cartas de Lúcia na prisão", onde são apresentados trechos das cartas selecionadas dialogando com a discussão bibliográfica sobre memória.

SEÇÃO 2: ANTES DO TEXTO, O CONTEXTO: BREVES APONTAMENTOS SOBRE O REGIME CIVIL-MILITAR BRASILEIRO

Na década de 1970, na qual Lúcia escreve suas cartas da prisão, o Brasil estava vivendo sob um regime ditatorial. No início da década de 1960, especulava-se que os “comunistas” dariam um golpe para aliar o Brasil à União Soviética. O presidente João Goulart (1961-1964) apesar de não ser comunista, possuía algumas tendências de esquerda defendendo reformas trabalhistas e educacionais⁷. O cenário político no Brasil refletia desde os anos 1950 as consequências da Guerra Fria (1941-1991), a qual foi um evento que interferiu na política interna de vários países. Em alguns casos esse impacto foi tão grande que se transformou em guerra como é caso da Coreia, Vietnã e em vários países da África que estavam lutando pelas suas independências (GESTEIRA, 2014).

Em meio ao cenário mundial, o Brasil alinhava-se ao bloco capitalista, porém, muitos movimentos de inspirações comunistas ocorriam dentro do país. Os países socialistas apoiaram grupos de esquerda na América Latina, incluindo no Brasil, e os Estados Unidos da América (EUA) estava tomando medidas para que alguns desses países não se transformassem em uma nova Cuba⁸. Diversos golpes de estado ocorreram na América Latina, todos eles com o apoio dos EUA. Vale ressaltar a importância da Escola das Américas no meio desse processo. Localizada no Panamá, foi construída pelo governo americano e utilizada pelos funcionários da Agência Central de Inteligência (CIA). A escola ensinava, entre outras coisas, técnicas de tortura para os militares da América Latina.

A efetivação de um golpe destituindo o presidente João Goulart da presidência da República se tornou realidade com a nomeação de Castelo Branco (1964-1967) como novo presidente. Sendo assim, os militares não só ditavam novas regras constitucionais, como podiam cassar os direitos políticos das pessoas que fossem contrárias ao regime e impunham profundas remodelações no sistema de segurança do Estado. Além do mais, o novo presidente seria escolhido por eleições indiretas (PRIORI, 2012).

O governo de Castelo Branco (1964-1967) terminou muito impopular, sobretudo

⁷ João Goulart assumiu a presidência quando o país estava passando por uma crise militar. Pouco tempo depois, lançou-se o Plano Trienal, um programa que incluía diversas reformas institucionais que objetivavam uma solução para os problemas estruturais do país.

⁸ Durante a guerra fria, Fidel Castro alinhou Cuba ao bloco econômico soviético. Em uma tentativa de combater o governo socialista, os Estados Unidos cortaram relações econômicas e diplomáticas com Cuba. O país passou a necessitar da ajuda financeira, militar e técnica da União Soviética. Após o fim da União Soviética em 1991, Cuba entrou em uma crise econômica.

em função das consequências do saneamento financeiro, que sacrificaram - com o aumento da carestia da vida - setores da classe média que haviam apoiado o golpe. Isso criou uma atmosfera propícia às manifestações sociais de oposição ao regime, que se intensificaram ao longo de 1968 (FICO, 2015).

Castelo Branco (1964-1967) assumiu o poder afirmando que o governo militar seria algo temporário, que o único objetivo era acabar com o caos que o país estava vivendo. Alguns militares inseridos no governo discordavam da postura de Castelo Branco (1964-1967), um deles era Costa e Silva (1967-1969). Artur da Costa e Silva (1967-1969) além de integrante da junta militar era também ministro da guerra, e possuía uma postura muito radical, inclusive classificava qualquer integrante da esquerda como terrorista (BADO, 2006).

Mesmo com a decretação do Ato Institucional n. 1 (AI-1), no qual foi estabelecido que as eleições para presidente seriam realizadas no congresso, algumas eleições ainda ocorriam por voto direto. Em 1965, ocorreram as eleições para governadores em 11 estados, os candidatos do governo militar ganharam apenas em 6. O que influenciou no lançamento do Ato Institucional n. 2 (AI-2), que tornava ilegal a existência de partidos políticos no Brasil. Pouco tempo depois, foram criados dois partidos políticos, os únicos permitidos. Um deles era a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), o partido que representava os militares. O outro se chamava Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que representava os políticos da oposição.

Um pouco antes de Castelo Branco deixar o governo, foi decretado o Ato Institucional n. 4 (AI-4), que anunciava a criação de uma nova constituição no Brasil. A nova constituição garantia ainda mais poder para os militares. Castelo Branco (1964-1967) realmente tinha a ideia de um governo militar mais moderado, contudo, ao final de seu governo, a ideia de entregar o poder para um civil não passava pela sua mente. Além do mais, dois dias antes de Castelo Branco (1964-1967) deixar o governo, foi criada a Lei de Segurança Nacional⁹, que decretava que os militares poderiam prender ou expulsar do país qualquer pessoa que fosse contra o governo. Os militares linha-dura desejavam que alguém de seu grupo assumisse a presidência, algo que foi efetivado com a posse do novo presidente Artur da Costa e Silva (1967-1969).

O presidente Costa e Silva (1967-1969) foi eleito pelo Congresso, e assumiu o cargo no dia 15 de março de 1967, com o recrudescimento da repressão política. Em

⁹ A Lei nº 314 de 13 de março de 1967, conhecida como “Lei de segurança nacional”, dispõe sobre os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/del0314.htm>. Acesso em: 02 Jun. 2022.

setembro de 1968, o deputado federal e jornalista combativo Márcio Moreira Alves, pronunciou na tribuna da Câmara um discurso em que defendeu o boicote popular às comemorações oficiais que seriam promovidas em 7 de setembro (NETTO, 2014). Os militares interpretaram o discurso como uma grande afronta, e exigiram que os direitos políticos do parlamentar fossem suspensos por dez anos .

O presidente Costa e Silva (1967-1969) estava sob intensa pressão. Em novembro, os ministros militares ameaçaram renunciar se Márcio Moreira Alves não fosse punido. Militares exaltados planejavam lançar um manifesto clamando pela necessidade de "uma revolução dentro da revolução" (FICO, 2015). Depois de um tempo, a Câmara dos Deputados rejeitou o pedido de suspensão das imunidades parlamentares de Márcio Moreira Alves. No dia seguinte, o Conselho de Segurança Nacional aprovou o Ato Institucional n. 5 (AI-5), publicado em 13 de dezembro de 1968. Com isso, a polícia e exército não necessitavam mais de um mandato judicial para prender qualquer pessoa, todos poderiam ser presos mesmo sem um motivo aparente. O Habeas Corpus foi extinto, e não era possível solicitar um advogado em caso de prisão.

O ano de 1968, mesmo antes da instituição do AI-5, foi marcado por atos de extrema violência e repressão política, assassinatos de estudantes e militares estrangeiros, ataques a espetáculos e manifestações estudantis, com sequestros e espancamentos de artistas, entre outros. A historiografia revela que, após o AI-5, essa violência se ampliou muito com a instituição de aparatos institucionalizados de repressão que criaram um sistema nacional de espionagem, uma polícia política, um departamento de propaganda e outro de censura política, além de um tribunal de exceção para o julgamento de pessoas supostamente implicadas em corrupção (FICO, 2015). Nesse ano também foram iniciadas as ações armadas promovidas pela esquerda revolucionária. Na realidade essas organizações revolucionárias tiveram o começo de sua concepção algum tempo antes, uma delas foi a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR).

Não há como definir uma data exata sobre a criação da VPR, mas a ideia de sua criação aconteceu mais ou menos em meados de 1967. Pedro Lobo (codinome de Jason de Oliveira), um ex-militar que tinha muita afinidade com o Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), foi um dos responsáveis por criar a VPR. No livro Pedro e os Lobos escrito por João Roberto Laque, Lobo relata sua perspectiva:

Começamos a discutir com todos os companheiros que, como eu, tinham sido exonerados das Forças Armadas ou das polícias militares estaduais. O objetivo era a criação de uma nova organização de resistência armada. Mas, naquele momento, não se pensava em uma guerrilha rural, e sim, urbana (LAQUE, 2010, p. 141).

Ali estão seu compadre, o ex-sargento do Exército, Onofre Pinto, o sargento do Exército, José Araújo da Nóbrega, vários ex-marinheiros punidos em abril de 64. Foi nessa reunião que nós anunciamos o rompimento com Leonel Brizola e decidimos fundar nosso próprio movimento (LAQUE, 2010, p. 141).

Em 1968, a VPR estava totalmente inserida na luta armada. Neste mesmo ano, em meio às estratégias de enfrentamento do regime, a organização roubou armas de um Hospital Militar.

A esquerda brasileira converteu-se, em pouco tempo, num mosaico de dezenas de pequenas organizações políticas. Elas divergiam quanto ao caráter da revolução brasileira (nacional- democrática ou socialista), sobre as formas que a luta revolucionária deveria assumir (pacífica ou armada; se armada, guerrilha ou insurrecional; centrada no campo ou na cidade), sobre o tipo de organização política necessária para conduzir a revolução (partido leninista ou organização guerrilha) (REIS, 2014, p. 14).

O funcionamento do aparato repressivo às organizações de resistência, armadas ou não, persistiu no governo do general Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), que assumiu o cargo em 30 de outubro de 1969, substituindo Costa e Silva. Foi nessa época que os porões do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) se encheram de prisioneiros políticos. O governo Médici foi indiscutivelmente o que mais assassinou e torturou pessoas durante o regime militar (GODOY, 2015). Na época, o governo negava todas as acusações afirmando que eram apenas boatos criados pela esquerda para desestabilizar o governo do país. Além disso, vários jornais eram vigiados de perto por agentes do governo dentro da redação, qualquer tipo de matéria contra o regime militar era censurada, por causa disso, a população não sabia de muitos fatos que aconteciam, principalmente das prisões, torturas e mortes, a cada dia mais pessoas eram presas e muitas vezes sem qualquer tipo de prova.

Foi no governo de Médici que os grupos identificados com as guerrilhas urbana e rural foram sendo progressivamente eliminados. A repressão desencadeada na época atingiu centenas, talvez milhares de pessoas envolvidas com a luta armada (PRIORI, 2012, p. 203).

Mesmo com uma política econômica e com um forte aparato de repressão, sustentados por Atos Institucionais e pela Lei de Segurança Nacional, existiam vários grupos diferentes lutando e muitos agiam em conjunto. Os movimentos sociais e

políticos conseguiram criar uma rede de protesto e de resistência que colocava em xeque as medidas adotadas pelos militares. Um dos grandes desafios da ditadura foi a grande resistência da esquerda, os fortes movimentos sociais e tentativas de guerrilha eram bem presentes no cenário (PRIORI, 2012).

É nesse cenário de repressão política que a trajetória de Lúcia Velloso Maurício se insere. Filha de um almirante médico e de uma pedagoga, cresceu em uma família de classe média na zona sul do estado do Rio de Janeiro. Em 1967, Lúcia passou a estudar no Colégio André Maurois, onde entrou em contato com o movimento estudantil e ingressou no mesmo em 1968-69. Como ela mesma registrou, sua base marxista a possibilitou ter ampla visão dos problemas da sociedade e do país, assim como sólido sentimento de responsabilidade social e marcas pessoais que permaneceram para sempre (MAURICIO, 2016, p. 145). Foi neste período de militância que conheceu e começou a namorar Alex Polari de Alverga, também membro da VPR.

O fato de Lúcia ter escolhido seguir a militância política, e também seu relacionamento amoroso com Alex, preocupava muito seus pais. Sua personalidade e posicionamentos confrontavam os padrões socialmente aceitos na época, que ligavam a figura feminina a uma vida de família e casamento (MACÊDO, 2018).

O relacionamento turbulento com sua família intensificou-se quando foi internada em um hospital psiquiátrico, onde foi mantida, à força, por 2 meses e recebeu um “tratamento” de 22 choques elétricos, fazendo com que ela perdesse a memória dos últimos dois anos (1968-1969), os anos em que se aproximou da esquerda. Como a relação com sua família ficava cada vez mais complicada, Lúcia deixou a casa dos pais para morar com o namorado em um aparelho da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), e acabou ingressando na luta armada na mesma época (MAURÍCIO, 2016).

Em 2013, Lúcia concedeu uma entrevista ao Laboratório de História Oral, Informação e Documentação (LAHODOC-UNIRIO)¹⁰ e explicou mais sobre a postura de seus pais enquanto se aproximava da esquerda e a importância de Alex na sua vida:

Quando eu estava exatamente no final do terceiro ano, ou seja, em 1969, meus pais, que estranharam muito minha mudança de comportamento ao longo desse processo de esquerdização, me internaram num hospital psiquiátrico e eu passei por uma série de sessões de eletrochoque. Eu saí de lá completamente imbecilizada, digamos assim. E o Alex, nesse momento, foi uma figura

¹⁰ Criado em 1998, é um laboratório multidimensional, de caráter inter e transdisciplinar, destinado a produzir e apoiar atividades de pesquisa, ensino e extensão desenvolvidas por docentes e discentes do Departamento de História ou a ele vinculados. Disponível em: <<http://www.unirio.br/cchs/ppgh/programa/nucleos-laboratorios-e-grupos-de-pesquisa/laboratorio-de-historia-oral-informacao-e-documentacao-lahodoc>>. Acesso em: 15 Ago. 2022.

fundamental na minha vida, porque eu perdi a memória em consequência desse tratamento. E ele ficou sendo a minha memória, a minha lembrança. Ele me colocava em contato com as pessoas e eu não lembrava direito quem eram as pessoas. Tudo isso criou uma grande tensão e terminei saindo de casa para ir morar com o Alex.

No início do ano de 1971 a VPR começou a ser aniquilada pela repressão. Em maio do mesmo ano Alex Polari foi preso, e em agosto foi a vez de Lúcia, que foi presa pelo Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) na Rua Conde de Bonfim, no Bairro da Tijuca, no Estado do Rio de Janeiro. Inicialmente foi levada para o Quartel da Polícia do Exército (PE) na vila militar. O DOI-CODI funcionava no quartel da PE da Rua Barão de Mesquita no Bairro da Tijuca.

Lúcia passou por diversas transferências de órgãos repressores durante os três anos em que esteve presa, todos ficavam localizados na vila militar, nunca pediu para ir a um presídio civil, algo que muitos faziam na época. Isso ocorreu devido ao fato de Lúcia e Alex quererem ficar na mesma prisão, caso ele fosse transferido. Alex permaneceu seu primeiro ano de prisão no Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), em seguida, foi transferido para o Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI), o mesmo lugar onde Lúcia estava.

Certa vez, quando Lúcia foi levada pelo DOI-CODI, os interrogadores promoveram um encontro com Alex em uma sala de interrogatório, após um momento de intimidade entre os dois, responderam a algumas perguntas sem importância. Todo esse interrogatório foi gravado e depois exibido para ambos, algo que os deixou desorientados com a especulação sobre o que os militares fariam com aquela gravação, mas ao mesmo tempo felizes pelo encontro imprevisto.

Em março de 1972, Alex e Lúcia se casaram na prisão. O casamento entre dois presos políticos foi um acontecimento peculiar no período. Na ocasião, alguns jornalistas apareceram para fazer a cobertura do evento. O casório ilustrou as páginas do jornal O Globo na época.

Lúcia foi solta no dia 23 de setembro de 1974. Após 3 anos de prisão precisou buscar sua reinserção na sociedade, agora com um histórico criminal no seu currículo. Ela graduou-se em Letras pela Universidade Santa Úrsula (1982), tornou-se mestre em Educação pela Fundação Getúlio Vargas (1990), doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2001) e pós-doutora em Educação pela Universidade Complutense de Madrid (2011). Atualmente, é professora adjunta da

Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FFP-UERJ), tendo exercido a função de coordenadora adjunta do Mestrado em Educação dessa instituição no biênio 2009-2010 (MACÊDO, 2018). Suas memórias pessoais, expressas nas cartas produzidas no contexto histórico do regime civil-militar no Brasil, serão o objeto de análise da próxima seção.

SEÇÃO 3 - O TEXTO: AS CARTAS DE LÚCIA NA PRISÃO

Ao longo de grande parte dos quase quarenta anos que nos separam do fim da ditadura militar, arquivos e documentos que possuíam qualquer relação com os eventos da época eram inacessíveis e desconhecidos. Jornalistas e historiadores desempenharam um papel crucial no processo de redemocratização do país e também contribuíram para que muitos desses arquivos viessem a ser conhecidos. As reportagens sobre corrupção, desaparecimentos, assassinatos e tortura de opositores políticos durante o governo dos militares, e a extensa literatura historiográfica produzida sobre o período, provocaram a memória do país sobre sua história recente. E contribuíram para que essa memória sobre a ordem política gerada pela ditadura e sobre os crimes cometidos pela ditadura seja encarada como uma necessidade jurídica, moral e política, necessária para a consolidação de nossa experiência democrática (FIGUEIREDO, 2015).

Outro fator importante que favoreceu o acesso e contribuiu para o conhecimento desses documentos, foi a Justiça na transição democrática no Brasil. A Justiça de transição é um conceito complexo que relaciona as violações de direitos humanos cometidos pelo estado e as medidas que são adotadas para lidar com as consequências dessas violações (MCARTHUR, 2012). Quando falamos em violações de direitos humanos, estamos nos referindo às prisões arbitrárias, execuções sumárias, desaparecimentos forçados de opositores de um determinado regime, e uma série de outras práticas que vão contra a Declaração Universal de Direitos Humanos. De uma forma geral, as violações que demandam mecanismos de justiça de transição ocorrem após o surgimento de novos regimes, que são instituídos por meio da força, da violência e da ameaça. Essa mudança aconteceu no Brasil em 1964 com o golpe civil-militar, além de outros países na América Latina majoritariamente entre as décadas de 1960 e 1970, todos esses golpes inauguraram governos que praticaram o terrorismo de estado.

Diante desse cenário, as cartas de Lúcia Veloso, registros pessoais das experiências que ela viveu como prisioneira, decorrente de sua condição de militante de esquerda no contexto do regime civil-militar no Brasil torna-se mais uma possibilidade de se conhecer aquele período histórico pela perspectiva das pessoas afetadas direta e/ou indiretamente pelas ações repressoras do Estado.

3.1 ORGANIZAÇÃO DAS CARTAS

Durante os anos de cárcere Lúcia escreveu cerca de 200 cartas para sua família, amigos e ex-companheiros de cela. As missivas serviam como um meio de diálogo e

interação com o mundo externo. A ideia de reordenar as cartas e torná-las de conhecimento público surgiu, em primeiro momento, por meio de conversas com a professora Clarice Nunes. Lúcia e Clarice projetaram uma publicação que reunisse a seleção das cartas escritas na prisão, com um ensaio escrito por Clarice a respeito das cartas para dar um formato acadêmico, que era uma condição imposta para a participação do edital “Memórias Reveladas”¹¹ do Arquivo Nacional (MAURÍCIO, 2015).

Em colaboração com a amiga e também professora Lúcia Muniz Figueiredo, realizaram uma seleção e edição do repertório de cartas, reduzindo-o para cerca de 100. Depois, várias notas explicativas a respeito de várias situações que necessitavam de esclarecimento foram inseridas.

O Edital de “Chamamento de Acervos 001/2009”, uma iniciativa realizada pelo Arquivo Nacional no contexto do projeto “Memórias Reveladas”, teve como propósito sensibilizar o público para a importância da doação de acervos sobre o período do regime civil-militar (MACÊDO, 2018). A publicação do edital possibilitou a chegada de diversos arquivos pessoais de militantes e ex-presos políticos do período, entre eles o de Lúcia Velloso (MACÊDO, 2018). As cartas que Lúcia escreveu durante seu período de reclusão foram doadas ao Arquivo Nacional pela titular e se encontram disponíveis no acervo apenas para consulta presencial, no entanto, é possível visualizar a descrição do fundo de Lúcia na base de dados do projeto “Memórias Reveladas”¹².

Em seu fundo também podem ser encontradas outras espécies documentais. No início do processo de doação do seu arquivo pessoal, a equipe técnica do Arquivo Nacional identificou uma vasta documentação textual armazenada em pastas e classificadas e ordenadas cronologicamente, cópias eletrostáticas e transcrições digitadas de alguns documentos, desenhos, cartões desenhados e poesias.

Segundo Macêdo (2018) além dos gêneros documentais mencionados acima, no fundo existe um conjunto de aproximadamente 12 fitas cassetes de áudio contendo uma entrevista concedida por Lúcia e produzida por uma roteirista, visando a elaboração de um documentário sobre sua vida. Também compõem o fundo, o habeas data e certidões

¹¹ É um projeto criado em 2009 pela Casa Civil da Presidência da República do Brasil, o objetivo do projeto era disponibilizar para acesso público documentos que antes eram mantidos sob sigilo em arquivos da agência nacional de inteligência. Os documentos são relativos ao período de 1964 a 1985, sob a guarda ou posse de pessoas, empresas e órgãos públicos civis e militares e de seus funcionários foram transferidos e incorporados ao acervo do Arquivo Nacional.

¹² Além de visualizar a descrição do fundo de Lúcia, é possível ouvir o áudio das gravações de uma entrevista concedida por ela. Disponível em: http://pesquisa.memoriasreveladas.gov.br/mrex/consulta/resultado_pesquisa_new.asp?v_pesquisa=&v_fundo_colecao=1087437> Acesso em: 16 Dez. 2022.

das auditorias de Lúcia Velloso. Ao analisar o inventário e observando a documentação do fundo, Macêdo (2018) destaca que a preocupação por manter e organizar os seus documentos é evidente no arquivo da autora, ao ponto de a instituição custodiadora manter a ordenação original da produtora. A instituição não realizou um arranjo documental, apenas descreveu o conteúdo das pastas na forma como chegaram.

O sistema de arranjo é descrito nos seguintes termos:

O trabalho de identificação do acervo foi feito mantendo-se a ordenação original em que se encontravam os documentos, acondicionados em pastas e envelopes. Grampos metálicos foram retirados, e pastas de plástico foram substituídas por fôlderes de papel alcalino. (ARQUIVO NACIONAL, 2012, p. 7).

Nos anos 2000, Lúcia retomou o arquivo de cartas com o objetivo de publicá-las em forma de livro (MACÊDO, 2018), de acordo com alguns critérios de organização:

Primeiramente, separei em duas partes: cartas dirigidas para fora da prisão e cartas para dentro da prisão. As cartas externas foram escritas principalmente para familiares, um espécie de acerto de contas, por isto concentradas na fase inicial da prisão; e para ex-presas, já mais para o final do período. Na segunda parte, dirigida a um único destinatário, meu companheiro, percebi três conjuntos: o primeiro, em que o mundo exterior tem uma presença muito forte, daí o grande sofrimento causado pela impotência e pela necessidade de integrar nesta circunstância a evidente derrota de uma perspectiva política; o segundo concentra a construção do cotidiano na prisão, a referência ao mundo exterior é mínima e o sofrimento é pelas condições de encarceramento; finalmente, com a perspectiva de saída, o mundo exterior volta como um desafio e às vezes uma ameaça. (MAURÍCIO, 2015, p. 13).

O arquivo de cartas passa, então, por uma nova ordenação, baseada em seu conteúdo. No prólogo do livro “Cacos de sonhos”, Lúcia contou um pouco sobre o processo de organização das cartas para o formato de livro:

Não foi fácil chegar até a forma atual desta publicação. A digitação, feita ao longo de dois anos, foi difícil porque a maior parte das cartas era manuscrita e em forma de rascunho. Conferir a digitação com o original, outro obstáculo a ser transposto, porque só eu poderia fazer isto. Precisava de tempo e coragem. **Algumas cartas traziam lembranças muito dolorosas; outras, um discurso de adolescente que me envergonhava.** Tentei várias vezes sem sucesso (MAURÍCIO, 2015, p. 8, grifos nossos).

Nesse sentido, das aproximadamente 200 cartas, 100 foram selecionadas para compor o livro, refletindo uma escolha relacionada mais ao seu conteúdo e os efeitos que ele poderia exercer sobre seus familiares, especialmente as filhas, na atualidade, do que com o contexto de sua criação (MACÊDO, 2018; MAURÍCIO, 2015).

Em seus estudos sobre memória relacionados a contextos históricos traumáticos como guerras, Michel Pollak (1989) destaca as chamadas lembranças indizíveis, os “não-ditos”, experiências individuais difíceis de serem integradas na memória coletiva da nação, por exemplo. As lembranças de Lúcia não cabiam na memória oficial que o regime civil-militar buscou representar de si. Além disso, ao doar as cartas ao Arquivo Nacional e depois, publicá-las em forma de livro, já na maturidade, ela precisou se defrontar com os medos, anseios e mágoas da adolescente/jovem que escreveu aquelas cartas e precisou fazer um trabalho de gestão da memória. Para Pollak (1989, p. 14), mesmo no nível individual o trabalho da memória é indissociável da organização social da vida. Ao selecionar as cartas passíveis de serem publicadas, Lúcia cuidou de assegurar que algumas lembranças hoje avaliadas por ela como dolorosas e vergonhosas, não fossem disponibilizadas ao público.

Conforme salientado por Macêdo (2018), a correspondência trocada por Lúcia com Alex, seus familiares e seus amigos é uma possibilidade de leitura impossível de se obter em documentos oficiais. Isto é corroborado pela produtora ao afirmar na coletânea de cartas publicada em forma de livro que:

As cartas seriam um meio para que outras gerações conhecessem, sem sofisticação, o cotidiano da prisão e o que pensava este pessoal que tinha arriscado tanto por seus sonhos. Desse momento em diante, me dei conta que este conjunto de cartas, de fato, constituía um patrimônio de uma geração, que, portanto, deveria se tornar de acesso público. Eu era apenas um exemplar da juventude daquele período, por outro lado, vivera uma experiência muito particular (MAURÍCIO, 2015, p. 11).

A seguir, abordaremos alguns aspectos dessa experiência a partir de algumas das cartas de Lúcia.

3.2 AS CARTAS E O COTIDIANO NA PRISÃO

Quando estas cartas foram escritas, de 1971 a 1974 na prisão na Vila Militar, tinham o objetivo exclusivo de comunicação, pois a carta era o único canal de interação que restava aos presos políticos, para além do contato familiar nas visitas. Havia presos que não escreviam cartas: alguns por insegurança em relação à censura; outros por posição ideológica frente à censura; outros porque não tinham a quem escrever. No meu caso e do Alex, meu companheiro, nossa correspondência era a forma possível de nos relacionarmos regularmente. Tínhamos consciência da censura ao escrever. Apesar do cuidado, muitas cartas não chegaram ao destino. Exatamente por isso é que eu fazia rascunho, ou usava carbono, quando foi autorizada a máquina de escrever; e guardava a cópia. **Este é o primeiro motivo para estas cartas existirem: minha necessidade de saber o que eu tinha escrito dois meses antes ou saber o que não conseguira ser dito.** Sempre gostei de guardar coisas, particularmente coisas escritas. **Este é o segundo motivo para estas cartas existirem. Tenho**

enorme dificuldade de jogar fora a palavra escrita, ainda mais se o texto me diz respeito pessoalmente (MAURÍCIO, 2015, p. 11-12, grifos nossos).

Nesse trecho do prólogo do livro *Cacos de Sonhos*, Lúcia deixa claro as motivações que a levaram a produzir e acumular documentos sobre si, no caso as cartas da prisão.

Lúcia tinha o hábito de fazer rascunhos e cópias de suas cartas com papel carbono, costume esse que possibilitou a publicação do livro “*Cacos de Sonhos*”, uma compilação de algumas missivas escritas durante a prisão muitos anos depois. Diante de determinadas cartas, Lúcia teve um grande empecilho para decidir se deveria publicá-las ou não, uma delas foi a que escrevera para seus pais:

Ela é dura, revela grande tensão. Seria injusto com eles publicá-la, já que não teriam mais como se explicar diante de minhas acusações. Por outro lado, se ela não viesse a público, o leitor teria a dimensão da dramaticidade que permeava minha relação com eles? Do meu sentimento de revolta de ter sido presa pelos meus pais num hospital psiquiátrico antes de ter sido presa pelos militares? Naquela época de tensão, o confronto entre gerações era praticamente inevitável, mesmo que fosse para proteger o filho. O meu caso foi exemplar (MAURÍCIO, 2015, p. 9).

A relação com a família era de fato tensa. Nas primeiras cartas datadas de 1971, é possível identificar um tom de “acerto de contas” com seus destinatários. Em suas cartas para as irmãs, Lúcia tenta se aproximar por meio de palavras como “Sei que pensamos de maneira diferente sobre quase tudo, mas agora, gostaria de saber o que vocês pensam sobre as coisas” ou “Nunca deixei de amá-las, embora, nos últimos tempos, cada vez nos distanciássemos mais umas das outras”. Em uma carta de 1973, Lúcia escreve para Alex como enxergava seu relacionamento com as irmãs dentro de casa, em um período em que seus pais haviam viajado e suas irmãs ficaram responsáveis por visitá-la na prisão, Lúcia relata que se sentia sozinha durante as visitas de suas irmãs, e mesmo quando elas chegavam ao fim, ela continuava se sentindo sozinha.

Comecei a notar, depois de quase dois meses sozinha, que as visitas sempre me deixavam triste, com algumas exceções. Depois da visita inevitavelmente eu ficava triste, angustiada, com vontade de chorar. É lógico que a primeira análise era de que o término da visita significava solidão. Mas a recuperação era relativamente rápida, dependendo do estado de cuca global (MAURÍCIO, 2015, p. 218).

O teor dessa carta, com trechos similares em outras, demonstra que Lúcia se

sentia deslocada da família, e o sentimento de solidão era muito forte. Essa questão também é objeto de estudo das sensibilidades, que remete aos conceitos de Pasavento (2007), que afirma que as sensibilidades se constituem através das experiências humanas, as quais mobilizam o corpo, as sensações, os sentimentos e as emoções em reação aos acontecimentos físicos ou psíquicos. A convivência com as irmãs sempre foi complexa. Uma das razões pela qual Lúcia se afastou das irmãs era a falta de interesses em comum, os pais de Lúcia sempre delegaram um tratamento para cada filha de acordo com suas capacidades, uma atitude aparentemente com boas intenções, mas que acabou gerando, segundo a própria Lúcia, uma espécie de rivalidade entre as irmãs. Na carta para seus pais Lúcia escreve:

Sempre senti que lá em casa vocês não fantasiavam nem se iludiam com a capacidade das filhas. Viam as diferenças e dispensavam a cada uma um tratamento de acordo. A intenção foi boa, mas devido a mil coisas que só um psiquiatra poderia analisar, o resultado não foi o esperado. Hoje, por exemplo, através das cartas da Helô, sinto que sempre existiu entre nós um problema de concorrência (MAURÍCIO, 2015, p. 96).

Por meio das leituras das cartas, é possível traçar um imaginário com relação a personalidade de Lúcia, os lugares que costumava frequentar, quais eram seus hobbies e o que gostava de estudar. Um dos processos naturais da vida humana que acompanham o crescimento do indivíduo, é a mudança de interesses e pensamentos, que ocorre em virtude de um fenômeno chamado socialização. Muito além de um processo de integração de indivíduos à sociedade, ele também molda características, ideais, valores e crenças, especialmente na adolescência.

Bosi (2003) menciona que o adolescente muitas vezes não tenta compreender a ansiedade e preocupação dos pais quando ele se afasta e dirá: “Para que me querem em casa se eu me tranco no quarto para ler ou ouvir música?”. Mesmo com essa pouca presença dos filhos, o fato de eles estarem em casa já traz um sentimento de segurança à tríade familiar. Talvez Lúcia não fosse uma adolescente que se trancava no quarto para ler e ouvir música, mas com certeza a sua mudança de caráter e ideias incomodou muito sua família, conseqüentemente, Lúcia se afastou da família. Podemos observar evidências desta constatação na carta que escreve para seus pais:

Nunca quis dar ideia de uma mentalidade superior que impedisse a convivência entre vocês. Mas que eu tinha ideias diferentes em essência das de vocês. Minhas ansiedades, vontades, modo de pensar eram reprimidos por todo esse conflito. E eu não poderia viver, no sentido real da vida, me sentindo reprimida.

Foi por isso tudo que falei, não que eu seja superior ou melhor que ninguém, mas porque não me sentiria livre para viver de acordo com as minhas ideias, não me sentiria natural. Por isso eu repito, eu os rejeitei, e o fiz conscientemente (MAURÍCIO, 2015, p. 97).

Lúcia começou a se aproximar da esquerda quando iniciou um relacionamento com Alex, com quem viveu “sua revolução sexual”, rompendo com o tabu da virgindade, e colocando em xeque o casamento convencional. Mais uma atitude que descontentou seus pais, que drasticamente tomaram a atitude de interná-la em um hospital psiquiátrico submetendo Lúcia a um tratamento de choque. Pouco tempo depois, Lúcia saiu de casa. As mudanças do comportamento dos jovens na década de 1960 e, sobretudo, das mulheres, não traziam apenas solução para questões seculares de submissão. Traziam novos problemas. Muitas dessas jovens mulheres sabiam mais o que não queriam do que o que queriam, afirmando um discurso que enfatizava a ruptura de tabus, resistências e preconceitos, mas com uma ação contraditória, porque a teoria na prática era outra. Essas mulheres pagaram um alto preço pelas atitudes de vanguarda.

Lúcia registrou muitos outros pensamentos e reflexões nas poucas páginas em branco que tinha para escrever. Enquanto estabelecia uma organização para seu arquivo, Lúcia observou dentro desta divisão três conjuntos:

o primeiro, em que o mundo exterior tem uma presença muito forte, daí o grande sofrimento causado pela impotência e pela necessidade de integrar nesta circunstância a evidente derrota de uma perspectiva política; o segundo concentra a construção do cotidiano na prisão, a referência ao mundo exterior é mínima e o sofrimento é pelas condições de encarceramento; finalmente, com a perspectiva de saída, o mundo exterior volta como um desafio e às vezes uma ameaça (MAURÍCIO, 2015, p. 9).

A primeira fase da correspondência dentro da prisão, tinha a liberdade como referência, a lembrança do tempo lá de fora. No período em que as organizações de esquerda estavam sendo desmanteladas. Discutia-se o recuo para o exterior, diante de tantas baixas, por morte ou por desistência, e os militantes se posicionavam de forma polarizada (MAURÍCIO, 2015). Naquele momento difícil, a lembrança dos momentos vivenciados com Alex antes da prisão parece ser um refúgio para Lúcia. Logo em sua primeira carta para Alex ela destaca que:

Lembrava dos momentos de calma e afeto, um amor puro, uma amizade às vezes fraternal, assistindo à televisão, ouvindo discos, tomando sorvete,

aconchegados, unidos por tanta coisa. Conversas e brincadeiras infantis, quando a gente se sentia tão ligados um ao outro, como se fosse um minhocamento interminável. Tudo isso me dava saudade, mas era tão duro aprender a andar sozinha que esses momentos pareciam distantes, tornavam-se recordações de um passado longínquo que, sem ilusões, eu sabia que não voltaria (MAURÍCIO, 2015, p. 60).

Durante a leitura de algumas cartas enviadas logo depois da prisão, podemos observar as sensações que são consequência da reclusão repentina. Na primeira carta que escreve para Alex, datada em 17 de novembro de 1971, Lúcia registra: “Ainda não sei se vou conseguir enfrentar estas duas páginas em branco até o fim. O que tenho a dizer é muito e sintetizar é meio difícil. Acho que tudo converge para a palavra necessidade” (Maurício, 2015, p. 59). Esta passagem faz parte da primeira carta que ela escreveu para Alex na prisão, na qual nota-se um tom de medo, e principalmente preocupação com o companheiro.

A segunda fase das cartas, que é a mais longa, tem a prisão como referência, seu cotidiano em quartéis da Vila Militar: a descrição de celas, como os prisioneiros se organizavam, as relações que se construíam dentro dos coletivos, as transferências, o que estudavam, que elementos eram fundamentais para a estabilidade emocional, os encontros, as partidas, para a liberdade ou para o presídio feminino, as festas (MAURÍCIO, 2015).

A gente por aqui aprendeu a fazer colete de tricô e crochê, só a tua massa¹³ que não quis aprender, mas eu dei o primeiro que eu fiz no dia do aniversário dela. O caso é que a Bia e a Márcia têm mania de fazer coletes pra elas mesmas e eu nunca fiz nenhum pra mim, nem tinha ganhado (MAURÍCIO, 2015, p. 128).

Um elemento muito presente nas cartas, por exemplo, é a música. As canções populares, das décadas de 1960 e 1970 principalmente, refletem um momento histórico caracterizado inicialmente pelo autoritarismo e uma rígida censura realizada pelos órgãos repressores. Mesmo com condições adversas, vários artistas expressaram sua criatividade musical, inclusive driblando a censura com letras de duplo sentido e metáforas, estas manifestações de protesto dos artistas nacionais, disfarçadas de metáforas, foram um grande fator de oposição ao regime. Dessa forma, durante esse período, o campo literário e artístico alcançou grande destaque, pois se apresentava como uma forma de denúncia, de crítica à realidade, e através dos diferentes

¹³ A “massa” é na verdade Zenaide, colega de cela de Lúcia. Em meio a convivência, as prisioneiras companheiras de cela sempre compartilhavam as cartas que recebiam. Zenaide tinha tanta admiração pelas poesias e cartas que Lúcia recebia de seu marido que passou a se intitular “massa do Alex”.

movimentos artísticos e culturais, a voz dos artistas, poetas e atores, passam a dar voz ao povo como forma de desabafo às situações impostas pelo governo demonstrando o descontentamento com a situação que o país estava vivendo (MAIA, 2015).

Ao longo da história do Brasil, surgiram várias tendências dentro da esfera cultural, a televisão não se manteve alheia a isso, e passou a fazer adaptações de contos, romances e peças de teatro em formato de novelas, minisséries ou adaptações isoladas. A televisão também foi a grande precursora dos grandes festivais de música. Em 1967, foi realizado o Terceiro Festival de Música Brasileira organizado pela Tv Record, esses festivais se tornaram muito populares no Brasil, em especial a sua terceira edição, cujo vencedor foi Edu Lobo com a canção “Ponteio”. Porém, outros artistas e canções se destacaram, como “Roda Viva” de Chico Buarque cantando com MPB4, “Alegria, Alegria” de Caetano Veloso cantando com Beat Boys, e “Domingo no Parque” de Gilberto Gil cantando com Os Mutantes. Essas duas últimas evidenciaram um movimento que estava em curso, a Tropicália¹⁴.

Diante do cenário repressor que assolava o país e do poder libertador que a música evocava, o MPB se projetou nacionalmente por meio dos festivais de música. Dessa forma, assim como afirma Napolitano (2001, p.176):

Foi neste momento que apesar do grito fundo de revolta, (...), e também dos movimentos estudantis, o aumento das multidões nas ruas e o aumento da produção cultural que cantores através de seu jeito próprio decidiram dar soluções aos problemas políticos, ideológicos e culturais inovando desta forma a arte musical e inaugurado um novo ciclo de estruturação modernista.

Tendo isto posto, as manifestações culturais de uma dada sociedade, como exemplo, poesias e músicas podem revelar uma totalidade complexa e contraditória de impressões e sentimentos, pois são construídas tendo como base a diversidade da realidade que foi vivida ou que está sendo vivida. Assim, tais construções são constituídas de símbolos que expressam a cultura e a consciência histórica dessa mesma sociedade (MAIA, 2015).

Partindo-se do pressuposto de que a música possui uma memória e traz à tona lembranças em quem a ouve, podemos observar nas cartas de Lúcia a memória da música brasileira, referências a Caetano Veloso, Gilberto Gil e Chico Buarque são muito presentes. Em sua carta de número 64, datada de 04 de março de 1973, Lúcia escreve

¹⁴ Tropicália ou Tropicalismo foi um movimento cultural brasileiro da segunda metade da década de 1960. Uma de suas marcas principais foram as inovações estéticas radicais, que mesclavam elementos de manifestações tradicionais da cultura do Brasil com tendências estrangeiras da época.

para Alex:

As músicas me impressionam profundamente. Esta última moda de cantar, introduzida por Caetano e Gil e agora adotada pelo Chico, me atinge fundo. O Caetano cantando (num disco que já foi embora) “Superbacana”, numa gravação ao vivo de um show com o Gil, é um negócio. Sabe, parece que ele está cansado de tanto dizer e repetir e todo mundo aplaudir e não entender, parece que ele está desiludido com tudo isso, ofegante, e as músicas, dessa maneira, parecem um último apelo, transmitem mais ou menos uma sensação de derrota pessoal (MAURÍCIO, 2015, p. 156).

Outra Canção mencionada na mesma carta é “Atrás da Porta” de Chico Buarque e Francis Hime, sobre a qual Lúcia descreve:

O Chico também está cantando assim e acabou de dizer, dessa maneira, “te amando pelo avesso para mostrar que ainda sou sua”. Isso pareceu pra mim um troço novo, eu estava lendo sua última carta e foi surgindo uma lagriminha, depois outra, e daí eu fiquei chorando, pensando na gente de uma maneira triste, de uma maneira semi-derrotada (MAURÍCIO, 2015, p. 156).

A música “Atrás da Porta” tem uma história muito curiosa, Chico Buarque começou a escrever a letra da música na casa de Francis Hime, por falta de inspiração a letra ficou inacabada. Um dia, o produtor de disco de Buarque, Roberto Menescal, lhe mandou uma gravação de Elis Regina interpretando sua canção até onde a letra já tinha sido escrita, e o resto já orquestrado esperando pela segunda parte da letra. A voz de Elis Regina cantando sua letra sobre o arranjo pronto lhe serviu de inspiração para que terminasse a canção, o trecho que foi escrito depois é justamente o mencionado por Lúcia em sua carta (BORÉM, 2014).

A letra de Chico Buarque trata da separação de uma relação amorosa a partir do ponto de vista da mulher submissa, amargurada pela auto piedade, rancor e dor. A dor real de Elis Regina foi narrada por Nelson Motta (2000, p.243-244), que foi seu produtor musical:

No fim do verão de 1972, Elis se separou mesmo de Ronaldo [Bôscoli], num divórcio tão previsível quanto tempestuoso... [em *Atrás da porta* Elis] explode emoção como nunca e se derrama, chora e soluça as palavras de “*Atrás da porta*”, uma de suas maiores performances em disco... Extravasando seus sentimentos, misturando as dores da separação com as esperanças de um novo amor.

Podemos observar que assim como Elis, Lúcia também estava passando por uma separação, por mais que as circunstâncias fossem um tanto quanto diferentes: Elis

estava em liberdade; Lúcia, presa. As memórias de Lúcia também estão atreladas às músicas.

A música se insere nas manifestações do cotidiano do ser humano e em múltiplos espaços: na rua, em casa, na escola, no museu, no teatro, entre outros. No caso de Lúcia não é diferente; a música está onde eles também se encontram, e por meio da musicalização é possível revisitar lembranças. De acordo com Ecléa Bosi (1979), nas lembranças das pessoas idosas é possível vislumbrar uma história social bem desenvolvida, elas já atravessaram um determinado tipo de sociedade, com características fortes e marcantes, enfim, sua memória atual pode ser desenhada sobre um pano de fundo mais definido do que a memória de uma pessoa jovem, ou mesmo adulta, que, de algum modo, ainda está absorvida nas lutas e contradições de um presente que a solicita muito mais intensamente do que a uma pessoa de idade. Ao tomar a decisão de publicar o livro em 2015, Lúcia optou por revelar suas memórias ao grande público para que outras gerações conhecessem, sem sofisticação, o cotidiano na prisão e o que pensavam essas pessoas que haviam se arriscado tanto por seus sonhos.

A pessoa idosa ao revisitar suas memórias, conversa com o passado e traz diversas lembranças à tona, algumas sem sequência lógica outras histórias incríveis, inclusive Bosi (1979, p. 47) questiona, qual seria então a função da memória?

Não reconstrói o tempo, não o anula tampouco. A anamnese (reminiscência) é uma espécie de iniciação como a revelação de um mistério. A visão dos tempos antigos libera-o de certa forma, dos males de hoje. Hoje a função da memória é o conhecimento do passado que se organiza, ordena o tempo, localiza cronologicamente. Entre o ouvinte e o narrador nasce uma relação baseada no interesse comum em conservar o narrado que deve poder ser reproduzida.

O narrador conta o que ele absorve da experiência – sua própria ou aquela contada por outros. E, de volta, ele a torna experiência daqueles que ouvem a sua história. Assim, a escuta das narrativas pode dar um ritmo à vida. Trata-se dos suportes materiais da memória. Tempo de lembrar a substância social da memória, tendo os sujeitos como personagens das histórias contadas por eles mesmos, e nós como narradoras dessas experiências (BENJAMIN, 2012). Nesse sentido, podemos observar em um fragmento de uma carta datada de 30 de janeiro de 1972, em que Lúcia descreve sutilmente o espaço da cela que utiliza para escrever cartas e ouvir músicas, e

assim inspirar-se:

Eu estou com vontade de mandar desenhos mostrando partes dessa “casa” em que vivo. Mas não sei quando vou ter coragem de desafiar a minha incapacidade técnica. Aqui tem um pedacinho de cela que a gente chama de “Cantinho”. Tem uma esteira, a vitrola (igual àquela que ficou conosco uns tempos), os discos, e dois almofadões pra gente sentar e escrever cartas inspiradas nas músicas. Eu estou sentada nelas escrevendo pra você, mas não sei se a carta está inspirada (MAURÍCIO, 2015, p. 110).

Dessa forma, é possível visitar os momentos de Lúcia, mesmo depois de anos, pois ela continua exercendo o papel de “anjo da memória”. A narrativa constitui-se fundamentalmente em partilhar experiências vividas, impulsionadas por memórias. “Ela não está interessada em transmitir o ‘puro em si’ da coisa narrada, como uma informação ou um relatório. Ela mergulha a coisa na vida do narrador para em seguida retirá-la dele” (BENJAMIN, 2012, p. 221). É plausível, portanto, experimentar outros jeitos de pensar, fazer e sentir aquilo que nos aconteceu, nos conectando em outro tempo, e passado, presente e futuro são afetados nos impulsionando a produzir novos sentidos.

Uma terceira fase, apontada por Lúcia na organização de suas cartas, foi escrita quando ela estava sozinha em sua cela, após suas colegas serem transferidas ou libertadas. Naquele momento, a presença de sentimentos como medo da solidão e a expectativa de que a liberdade estava cada vez mais próxima eram evidentes. Mas esta convicção não é capaz de evitar ou diminuir os efeitos da solidão no dia a dia. Lúcia descreve nas cartas desta fase várias pequenas atividades que ajudam a manter a estabilidade emocional, como cuidar de pequenas plantas, acompanhar a vida de insetos, desenvolver rituais diários como a mudança de data no calendário. Paralelamente, relata-se o incrível desânimo, quando nada se pode fazer, já que as seções carcerárias responsáveis por sua custódia não ofereciam nada que possibilitasse um cotidiano solitário ser minimamente suportável, como livros, materiais para artesanato ou cartas (MAURÍCIO, 2015).

Devido a falta de companhia, Lúcia passou a escrever sobre atividades triviais e reflexões acerca do que havia ao seu redor. O isolamento é viver uma experiência de desacelerar o tempo, o script de viver numa cela pode ser desenhado num roteiro de sensações, sentimentos conflituosos, atordoamentos, repetições: muitas e muitas voltas no mesmo pedaço de chão, dentro das mesmas quatro paredes. O fato de estar sozinho

provoca no indivíduo um aumento do foco e raciocínio, resultando em algumas reflexões que podem fazer sentido ou não. Inclusive, em sua carta de número 128, depois de contar que finalmente sabia o dia que sairia da prisão, Lúcia faz uma reflexão sobre o espaço da cela como de direito privado, e que entrar sem convite seria invasão de privacidade:

(...), considere a cela onde estou a minha moradia. Sempre foi para mim a minha área livre, a área onde eu penso, eu resolvo, eu decido, sozinha ou em coletivo. Batam na porta e eu direi se pode ou não entrar. Bater e ir entrando, para mim é invasão. Ou mesmo que eu dê permissão, ir se barafustando para ver o banheiro, o armário ou qualquer coisa é, no mínimo, falta de respeito (MAURÍCIO, 2015, p. 244).

Um dos indícios da interferência do isolamento sobre o estado emocional do indivíduo, é que Lúcia passa a escrever sobre acontecimentos que normalmente passariam despercebidos por outras pessoas, podemos observar no fragmento abaixo uma descrição incomum em uma conversa, um passarinho pousado na janela, que aparentemente foi o fato mais interessante que ocorreu naquele dia, além da sobremesa:

Hoje quando eu acordei, um passarinho entrou na cela, ficou só um pouquinho, mas foi a primeira vez que aconteceu. Daí em diante foi um dia sem novidades. Aliás, teve sim. Teve sorvete de sobremesa no almoço e no jantar, com certeza porque é dia de Caxias (MAURÍCIO, 2015, p. 247).

A aproximação do dia de sua saída é um momento angustiante para Lúcia. Desdobrava-se internamente uma sensação afiada da monotonia da prisão, de sentimento da distância que a separava do mundo exterior. O medo e a reflexão sobre o medo caminhavam juntos. Em certos momentos a depressão tomava conta e o medo da readaptação se tornava intenso, apavorante e propício à imaginação de gestos cotidianos que constituiriam uma eterna afirmação de liberdade. Entre o medo e o desejo de liberdade, os indícios de saída vão ficando fortes.

Os dias estão ficando cada vez mais esquisitos; a ansiedade vai baixando aos poucos, minhas transas filosóficas estão completamente bloqueadas pelo medo, medo de pensar, medo de não dormir, medo da ansiedade, medo do medo, esse é o auge. Daí que comecei a comer demais e atualmente isso funciona como bebedeira (MAURÍCIO, 2015, p. 249).

Lúcia foi solta no dia 23 de setembro de 1974. Diferentemente de outros prisioneiros, sua família não foi buscá-la. Ela foi levada ao gabinete do comandante do I

Exército, que a conduziu até seu pai almirante. E a partir daí, Lúcia começou uma nova história. E hoje, passados quase 50 anos da vida na prisão, dentro dos devidos critérios sobre o que publicar e o que silenciar a respeito da experiência como prisioneira, Lúcia faz questão de manter fragmentos de suas memórias vivos, oportunizando à sociedade a possibilidade de, pelo seu ponto de vista, conhecer um pouco mais do contexto da rotina na prisão, as condições materiais do espaço em permanência, a percepção das relações familiares naquele período, e as questões emocionais envolvidas pela situação em que se encontrava.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar da ditadura civil-militar ter acabado há 37 anos, os efeitos dela ainda são sentidos pela sociedade brasileira. Muitas mortes e desaparecimentos ainda estão sendo investigados ou foram esclarecidos apenas há pouco tempo. Em 2014, a Comissão Nacional da Verdade, que investiga as violações de direitos humanos cometidas pelo estado brasileiro, publicou um relatório com o nome das pessoas que desapareceram ou foram mortas na ditadura. São centenas de casos, e a própria Comissão afirma que esse número pode ser ainda maior, ou seja, os crimes do estado ditatorial brasileiro ainda estão por ser esclarecidos.

As informações levantadas e sistematizadas no contexto da justiça de transição e pelos trabalhos da Comissão da Verdade (CNV), seja a nacional ou as seções estaduais, não apagam o passado e também não reescrevem a história. O papel do Estado é proteger os cidadãos e seus direitos, e enxergar que durante a ditadura civil-militar o governo fez exatamente o oposto disso, não é uma questão de ideologia política, mas sim de humanidade. Não estamos falando de uma medida econômica ou de um programa social, estamos falando de pessoas que morreram, que foram torturadas e presas injustamente.

Ler o livro de Lúcia nos permite perceber e compreender a vivência de uma mulher dentro da prisão. A leitura das cartas nos proporcionam não apenas uma visão sobre o cotidiano atrás das grades, mas uma reflexão sobre os estágios da vida, a rememoração de momentos constitutivos do que somos e um vislumbre sobre um momento impactante da história do Brasil.

As cartas de Lúcia são um meio para que outras gerações conheçam um pouco mais da História do Brasil a partir dos relatos de seu cotidiano da prisão e o que pensavam essas pessoas que se arriscaram por seus sonhos. Essas cartas constituem um patrimônio de uma geração. Lúcia é apenas um exemplar da juventude daquele período entre tantos outros, um testemunho do ponto de vista feminino sobre como era a prisão pelo lado de dentro.

Nesse contexto, a reconstrução e a interpretação do passado significam um fazer valer o passado para o presente, o converter o passado num acontecimento do presente. Assim acontece a experiência.

Considerando o estágio ainda incipiente das pesquisas em arquivos pessoais no contexto do Curso de Arquivologia da UFPA, este trabalho pretende contribuir para as

discussões sobre esta temática, e ao mesmo tempo, evidenciar a importância de difundir esses arquivos ao conhecimento da sociedade. Ademais, proporcionar uma reflexão sobre a ditadura civil-militar brasileira e seus efeitos sobre os cidadãos comuns, como Lúcia.

Os arquivos pessoais são registros que expressam o percurso da vida de uma pessoa ou uma organização. Garantir que tais registros sejam conhecidos não é uma tarefa simples. Iniciativas como a de Lúcia de doar seu acervo de cartas produzidos durante sua prisão na ditadura civil-militar para o Arquivo Nacional, e posteriormente publicizá-las por meio da publicação de um livro, são importantes na disseminação deste tipo de informação e para a formação de cidadãos mais conscientes sobre um dos períodos mais marcantes da história do Brasil. Almeja-se que este trabalho, juntamente com outros, contribua para as perspectivas de pesquisa em Arquivos Pessoais e difusão dos mesmos.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL. Coordenação Geral de Processamento e Preservação do Acervo. Fundo Lúcia Velloso Maurício (GL): instrumento provisório dos documentos textuais e iconográficos, Rio de Janeiro: O Arquivo, 2012.

BADO, Alvaro Roberto Labrada. **A política econômica externa do governo Castelo Branco (1964-1967)**. São Paulo: PPGHE-USP, 2006.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**. São Paulo: Brasiliense, 2012.

BORÉM, Fausto; TAGLIANETTI, Ana Paula. **A trajetória cênico-musical de Elis Regina**. *Per Musi* n.29. Belo Horizonte: UFMG, 2014. p.39-52.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BRASIL. Lei 8.159, de 08 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 28.jan.1991. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159.htm .Acesso em 04 de abr. 2022.

CAMPOS, José Francisco Guelfi. **Arquivos pessoais: experiências e perspectivas**. Associação de Arquivistas de São Paulo. – São Paulo: ARQ-SP, 2019.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Arquivos pessoais são arquivos. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, v. 45, n. 2, p. 26-39, 2009.

FICO, Carlos. **História do Brasil contemporâneo: da morte de Vargas aos dias atuais**. São Paulo: Editora Contexto, 2015.

FIGUEIREDO, Lucas. **Lugar nenhum: militares e civis na ocultação dos documentos da ditadura**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2015.

GESTEIRA, Luiz André Maia Guimarães. A Guerra Fria e as ditaduras militares na América do Sul. **Scientia Plena**, v. 10, n. 12, 2014.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo, Editora Atlas, 2008.

GODOY, Marcelo. **A Casa da Vovó: uma biografia do DOI-Codi (1969-1991)**, o centro de sequestro, tortura e morte da ditadura militar. Alameda Casa Editorial, 2015.

HOBBS, Catherine. **Vislumbrando o pessoal: reconstruindo traços de vida individual**, 2016. In: EASTWOOD, Terry; MACNEIL, Heather. Correntes atuais do pensamento arquivístico. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016.

IZQUIERDO, Iván Antonio et al. **Memória-Tipos e mecanismos-Achados recentes**. Revista USP. São Paulo, n. 98, p. 9-16, 2013.

LOPES, Henrique Sena Guimarães. Escola das Américas:: treinamento militar e ideológico no Canal do Panamá. Revista Hydra: **Revista Discente de História da**

UNIFESP, v. 1, n. 2, p. 186-200, 2016.

LODOLINI, Elio. Livro archivística, principios y problemas, 1993. In: OLIVEIRA, Lucia. **Descrição e pesquisa: Reflexões em torno dos Arquivos Pessoais**. Rio de Janeiro: Móbile, 2012.

MCARTHUR, Fabiana Godinho. **Justiça de Transição: o caso brasileiro**. Revista anistia política e justiça de transição, n. 7, p. 78-107, 2012.

MACÊDO, Patricia Ladeira Penna. **Um estudo sobre o princípio da ordem original em Arquivos Pessoais**. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Instituto de Artes e Comunicação Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.

MAIA, Adriana Valério. **A música popular brasileira e a ditadura militar: vozes de coragem como manifestações de enfrentamento aos instrumentos de repressão**. Universidade Tecnológica Federal do Paraná, 2015.

MAURÍCIO, Lúcia Velloso. **Cacos de sonhos: cartas de uma ex-prisioneira na Vila Militar (1971-1974)**. Editora Ponteio-Dumará Distribuidora Lta, 2015.

MOTTA, Nelson. **Noites tropicais: solos, improvisos e memórias musicais**, Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2000.

NAPOLITANO, **Cultura Brasileira: utopia e massificação (1950-1980)**. São Paulo: Contexto, 2001.

NETTO, José Paulo. **Pequena história da ditadura brasileira (1964-1985)**. São Paulo: Cortez Editora, 2016.

OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso; SILVA, José Antonio; SOBRAL, Camilla Campoi. Repensando as cartas em arquivos pessoais. **INFORMAÇÃO E SOCIEDADE**, v. 2, n. 6, p. 90, 2018.

OLIVEIRA, Lúcia. **Descrição e pesquisa: Reflexões em torno dos Arquivos Pessoais**. Rio de Janeiro: Móbile, 2012.

PESAVENTO, Sandra Jatahy; LANGUE, Frédérique. (Orgs.). **Sensibilidades na história: memórias singulares e identidades sociais**. Porto Alegre: UFRGS, 2007.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Revista Estudos Históricos**, v. 5, n. 10, p. 200-215, 1992.

POLLAK, Michael (1989), "Memória, esquecimento e silêncio", Estudos Históricos, 3, 3-15. http://www.cpdoc.fgv.br/revista/asp/dsp_edicao.asp?cd_edi=39>. Acesso em: 10 abr. 2017.

PRIORI, Angelo et al. **A Ditadura Militar e a violência contra os movimentos sociais, políticos e culturais**. PRIORI, A; POMARI, LR; AMÂNCIO, SM; IPÓLITO, VK História do Paraná: séculos XIX e XX. Maringá: Eduem, 2012.

REIS, D.A.; RIDENTI, M.; MOTTA, R.P. **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

SANTOS, César Fernandes. Uma abordagem sobre pesquisa qualitativa. **Revista Factus de Administração e Gestão**, v. 1, n. 2, p. 116-125, 2017. Disponível em: <https://publicações.factus.edu.br/index.php/administracao/article/view/139/122>. Acesso em: 18 mai. 2022.